

EDP

Os trabalhadores devem estar mobilizados para os perigos do aprofundamento do processo de liberalização da Electricidade: aprovada proposta de lei sobre a exploração das redes de baixa tensão

Em Abril, a Assembleia da República aprovou uma proposta de lei do Governo (PPL 29/2016) onde «*Aprova os princípios e regras gerais relativas à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de electricidade de baixa tensão*». Esta proposta foi aprovada com os votos do PS e do BE, e a abstenção do PCP (o PSD e o CDS também se abstiveram, mas pelas razões opostas).

O PCP alerta os trabalhadores da empresa (e do sector) para os perigos gerados pelo aprofundamento do processo de liberalização.

A proposta aprovada não podia merecer o voto favorável do PCP por três razões essenciais: porque se insere no caminho iniciado com a destruição e privatização da empresa pública EDP, de destruição da soberania nacional e de pulverização e liberalização do sector às mãos das directivas das multinacionais; porque apresenta novos perigos para os utentes, as populações e as autarquias, apesar de algumas alterações propostas pelo PCP - como a garantia de inexistência de custos acrescidos a repercutir nos consumidores - terem minorados alguns desses perigos; porque apresenta novos perigos para os trabalhadores da EDP e para as condições de trabalho no sector.

Esses perigos são o esmagar de direitos e rendimentos, e a precarização das relações laborais que sempre acompanha estes processos. Sobre esta última questão, valorizamos a proposta de alteração aprovada na Assembleia da República por iniciativa do PCP que acrescentou aos princípios gerais a que deve obedecer «*a concessão municipal para a distribuição de electricidade em BT e o respectivo procedimento de concurso público*», uma nova alínea (h) onde se passou a consagrar «*A defesa da estabilidade do emprego, com a salvaguarda dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores afectos às concessões, nomeadamente em situações de transmissão ou cessação da concessão, bem como a exigência do cumprimento da legislação laboral, incluindo no que respeita aos vínculos efectivos e à contratação colectiva actualmente em vigor.*»

Esta alteração não elimina os perigos para os trabalhadores hoje afectos - directa ou indirectamente - na EDP, nos Call Centers ou nos prestadores de serviço, à distribuição em BT. Nem elimina a possibilidade que o capital aproveite a «concorrência» para limpar direitos e alargar ainda mais a precariedade. Mas a sua aprovação cria melhores condições para que os trabalhadores exijam a defesa dos seus direitos no quadro das alterações que virão a ser implementadas em 2019, e que podem implicar que a EDP perca uma parte ou todas as concessões que hoje detém. É preciso estar vigilantes, e acompanhar o processo que se vai agora iniciar.

Mas como sublinhou na Assembleia da República o PCP, esta discussão não pode ser travada sem esquecer o verdadeiro problema e a verdadeira solução para esse problema: «*A privatização do sector energético representou do ponto de vista político um verdadeiro crime para o interesse nacional, para a nossa economia, para a nossa soberania – e para os direitos e condições de vida dos trabalhadores. Que o digam os técnicos confrontados com a precariedade, com a subcontratação, com a obrigatoriedade de se registarem como empresários que não são. Que o digam os trabalhadores dos Call Centers da EDP, confrontados com a precariedade, os baixos salários, o constante ataque aos direitos. O que é urgente e indispensável, em particular neste sector, é uma efectiva ruptura com a política de direita, enfrentar os interesses instalados do poder económico, das multinacionais. Há que defender e afirmar o direito no nosso País à soberania e ao desenvolvimento e defender os direitos e os interesses dos trabalhadores e do povo. É disso que falamos quando falamos de uma política patriótica e de esquerda.*»

O objectivo que o PCP há muito coloca na agenda política é a recuperação da titularidade pública da REN e da EDP. Nesse sentido, o PCP apresentou ainda, através do projecto de Resolução 780/XIII, uma proposta concreta no sentido de preparar do ponto de vista técnico, jurídico e regulatório, a passagem para o controlo público da Central de Despacho da REN.

**A luta continua!
Organiza-te!**

18 Abril 2017

www.dorl.pcp.pt/scae • pcp@pcp.pt

Célula na EDP

Partido Comunista Português

